DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo - D.O.E. - | Poder Executivo | Ano I | N.º 246 | em 30 de dezembro de 2020.

pela EC 41/2003 – Regra Permanente, c/c artigo 1º da Lei n.º 10.887/2004, processo 000384/2020.
MARCELLE CIPRIANI DE ALMEIDA
Presidente do IPASG

FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Processo n.º 000384/2020, ANA CHRISTINA RIBEIRO LARANGEIRA PEIXOTO, matrícula n.º 15119, função Farmacêutico, referência I-05, aposentada com proventos proporcionais conforme Portaria n.º 272/2020, a contar da data de publicação deste ato. Os proventos ficam assim fixados: TOTAL DE PROVENTOS: R\$ 2.044,77– (Dois mil e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) - Proventos *proporcionais* 24/30(8986/10950) – de R\$ 2.491,68, cálculo à *média* das remunerações, conforme artigo 1º, §§ e incisos da Lei n.º 10.887/2004.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, em 18 de dezembro de 2020.

MARCELLE CIPRIANI DE ALMEIDA
Presidente do IPASG

PORTARIA N.º 058/2020

PROCESSOS: 1509/2016

INSTAURA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DE LEGALIDADE DE ACUMULAÇÕES DE CARGOS, EMPREGOS, FUNÇÕES PÚBLICAS E PROVENTOS NO ÂMBITO DO IPASG.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 286/10, alterada pela Lei 935/2018.

Considerando que, como regra, é vedada a acumulação de cargos públicos (art. 37, XVI, CF);

Considerando que, como regra, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência (art. 40, §6º, CF);

Considerando que a acumulação indevida de aposentadorias, em tese, se constitui em ato de improbidade administrativa (art. 11, Lei 8.429/92) e

Considerando o poder-dever da Administração Pública rever os seus próprios atos quando ilegais,
RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada comissão temporária para apuração de legalidade de acumulações apontadas no Processo Administrativo 1509/2016.

Art. 2º A comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Ingrid da Costa Silva Aparício, mat 011, que a presidirá;

II – Tiago Medeiros de Souza, mat 029; e

III – Viviane Santana Lima Ribeiro, mat 002.

Art. 3º A comissão funcionará por prazo indeterminado, e terá acesso a todos os órgãos da autarquia, podendo solicitar quaisquer documentos e processos, e colher quaisquer provas necessárias à correta apuração da legalidade das acumulações apontadas no processo citado no art. 1º desta portaria.

Parágrafo único. A Comissão fica obrigada a conferir ampla defesa e contraditório aos segurados, além das demais garantias constitucionais inerentes ao devido processo legal.

Art. 4º A comissão deverá propor à presidência a concessão de medidas cautelares quando presentes o perigo de ineficácia e o fumus boni iuris.

Art 5º Existindo indícios de prática de ato de improbidade administrativa nas acumulações de aposentadorias a comissão deverá providenciar a devida comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (art. 15, Lei n.º 8.429/92).

Parágrafo único. Fica determinado aos procuradores da autarquia que providenciem as medidas judiciais pertinentes, quando existirem indícios da prática de improbidade administrativa nas acumulações de aposentadorias.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Gonçalo, 29 de dezembro de 2020.

MARCELLE CIPRIANI DE ALMEIDA
Presidente do IPASG

SEMCI

PORTARIA SEMCI N.º 045/2020

PRORROGA O PRAZO DA TOMADA DE CONTAS INSTAURADA POR MEIO DA PORTARIA SEMCI N.º 043/SEMCI/2020, PUBLICADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Considerando os dispositivos legais atinentes à matéria, em especial, a Deliberação 279/2017 do TCE/RJ e a Lei n.º 327/2011; Considerando a solicitação formalizada através do ofício n.º 006/2020 da Comissão de Tomada de Contas instaurada e designada pela Portaria SEMCI n.º 043/2020;
RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria SEMCI n.º 043/2020, tendo em vista a justificativa descrita no Ofício n.º 006/2020 da Comissão Designada pela Portaria SEMCI n.º 043/2020.

Art. 2º - O prazo previsto no Art. 1º, correrá a partir do primeiro dia após o término do prazo previsto no Art. 3º da Portaria SEMCI n.º 043/2020, publicada em Diário Oficial Eletrônico no dia 09 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo, em 30 de dezembro de 2020.

DANIELLE F. DE MATOS SILVA

Secretária Municipal de Controle Interno

SMDSIA

PORTARIA SMDSIA N.º 046/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas instituída pela Portaria SMDSIA n.º 032/2020 de 02 de outubro de 2020, cujo objeto refere-se a apuração de irregularidades apontadas no processo administrativo n.º 23.484/2019, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 30 de dezembro de 2020.

São Gonçalo, em 18 de dezembro de 2020.

MARIA BETHÂNIA RAULINO MARQUES GOMES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG N.º 082/2020 (SRP)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 16.502/2020

HOMOLOGO o resultado do certame licitatório quanto aos itens e respectivos quantitativos destinados à futura aquisição pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência - SMDSIA, consoante discriminação constante do Edital e Termo de Referência que foram objeto do PREGÃO ELETRÔNICO PMSG N.º 0082/2020 (SRP), para que produza seus efeitos legais e jurídicos, em favor das licitantes elencadas na planilha a seguir colacionada, que se sagraram vencedoras no certame e apresentaram toda documentação exigida no Edital de forma correta, sendo consideradas aptas a fornecerem os materiais visados nos autos do processo em questão, cujo objeto é a aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) que serão utilizados para proteção e prevenção da COVID-19, pelos trabalhadores lotados nos equipamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência (SMDSIA).

08.987.912/0001-00 - KAUF MODAS LTDA					
Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL	Unidade	57600	R\$ 0,2900	R\$ 0,2000	R\$ 11.520,00
Marca: KAUF Fabricante: KAUF MODAS LTDA Modelo / Versão: Máscara descartável Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL, MATERIAL TNT (TECIDO NÃO TECIDO), TIPO FIXAÇÃO TRIPLA COM TIRAS e CLIPE NASAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTERILIZÁVEL, HIPOALERGÊNICA, HIDROREPELENTE E N Â					
Total do Fornecedor:					R\$ 11.520,0000
37.682.561/0001-28 - HELTER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA					
Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
ÁLCOOL ETILICO	Frasco 500,00 ML	11520	R\$ 4,6900	R\$ 3,7500	R\$ 43.200,00